

Márcio Müller: “Que bom que as empresas da cidade estão vencendo as licitações”

Esta semana o entrevistado da série de reportagens do Grupo Progresso de Comunicação sobre licitações é o Vereador Márcio Müller (PTB). Ele diz ter acompanhado alguns processos licitatórios ocorridos em Montenegro, em especial os de construção civil e do transporte escolar.

reporter3@gpc.inf.br

Montenegro - Márcio acredita que todos os trâmites burocráticos regidos pela Lei das Licitações (Lei 8.666) estejam sendo seguidos pela Administração Municipal. “Em princípio não constatamos nenhuma irregularidade que saltasse aos olhos ou que levasse a proceder alguma investigação”, afirmou o vereador. Para ele, o fato das mesmas empresas ganharem várias vezes os certames licitatórios não é



Müller em entrevista à JPTV

estranho. “Isso não chama a atenção. O que ocorre é que são sempre as mesmas empresas que estão participando. Por que as empresas de fora da cidade não participam das licitações? Muitas vezes elas não têm interesse porque a logística não é favorável”, acredita Müller. Segundo ele há alguns anos a situação era outra. Era raro que empresas de dentro do municí-

pio vencessem os certames. Márcio crê que a mudança seja favorável à cidade. “Que bom que as empresas da cidade estão vencendo as licitações, porque o lucro fica dentro do município. Acho muito bom que as licitações sejam vencidas por empresas de Montenegro e acredito que não haja nenhum direcionamento ou favorecimento”, concluiu.

Veja o que disseram Renato Kranz e Carlos Einar de Mello sobre o assunto

Carlos Einar de Mello

De acordo com ele, devido a sua rotina de trabalho, nem sempre é possível acompanhar os processos de perto, mas na medida do possível isso é feito. “Nunca vi essa diferença. Dentro do possível a gente acompanha, mas não se consegue acompanhar tudo. Há 20 anos sou vereador e dentro do meu sistema de trabalho tenho feito a minha parte. Minha posição é sempre tentando procurar o bem para a comunidade” explicou. Naná diz não entender as declarações de Kranz ao Jornal O Progresso sobre suspeitas de que o Gabinete do Prefeito possa estar favorecendo determinadas empresas durante os certames. “Quando o Vereador Renato Kranz estava na Secretaria de Educação, no Governo Percival, não lhe foram feitos os que hoje ele faz. Não sei bem o que ele está procurando e o que ele quer”. O prefeito em exercício afirmou ainda que é preciso respeitar a lei e acredita que a administração esteja fazendo isso. “O governo respeita a Lei 8.666, se uma empresa é vencedora, é por que tem capacidade e apresenta todos os requisitos exigidos para participar das licitações públicas”, defendeu.

Renato Kranz

As licitações em Montenegro

Sobre as atuais licitações em Montenegro, Kranz se diz preocupado, já que aconteceram, segundo ele, algumas coisas estranhas. “Posso citar como exemplo o caso em que o prefeito, de próprio punho, sem parecer da Procuradoria Geral do Município, revogou o processo de licitação da biblioteca. Na época, havia seis empresas habilitadas. Porém, o Prefeito Aldana, de próprio punho, disse que faltavam garantias. O edital era claro: na hora da assinatura do contrato, empresa vencedora teria que dar uma garantia de 10% sobre o valor do contrato. Como não havia garantias? As garantias eram as máximas”, reforça. Para Kranz, o prefeito, no novo processo da Biblioteca Pública Hélio Alves de Oliveira, diminuiu as garantias significativamente, passando para 1% para que a empresa pudesse se habitar. “Tudo muito confuso. Isso gerou muitas dúvidas”, afirma. Renato lembra ainda que cinco

licitações foram anuladas depois de parecer da Procuradoria Geral do Município. “Isso é altamente suspeito. Os editais foram anulados por vícios. Mas será que esses vícios não estavam em todas as outras licitações? Pondera. Para o vereador, a colocação de Edar Borges na Secretaria Municipal de Obras pode ser um indício que está se buscando resolver essa questão das licitações.

As suspeitas de Azeredo

Já sobre as desconfianças do ex-Prefeito, Paulo Azeredo, na época, de que havia superfaturamento em algumas licitações deixadas pelo seu antecessor, Percival de Oliveira, Renato Kranz diz que não há nenhuma possibilidade de ter ocorrido isso. “A Secretaria de Obras ao fazer a planilha de custos, através de métodos estabelecidos pela Caixa Federal, segue todos os detalhes e, assim, não há possibilidade de superfaturamento. Todas as prefeituras da região metropolitana, pelo menos na época do Prefeito Percival, usavam a mesma metodologia de cálculo para fazer as planilhas de custo. Então não há a mínima possibilidade de haver esse suposto superfaturamento”, relata.

Porém ele vai mais longe e explica outra situação: “o que é possível, e aí sim cabe investigação, é algum problema nos famosos aditivos de obras. Também posso dizer que se há parecer técnico de engenheiro, com ART, e parecer da Procuradoria do Município, o prefeito está livre de qualquer acusação. Se não houver esses dois detalhes é suspeito”, relata. As suspeitas de interferência do gabinete Ainda falando sobre a possibilidade de vício em algumas licitações de Montenegro, Kranz diz que vem acompanhando, pelo site da prefeitura, a maioria dos processos. “Eu tenho um olhar mais técnico, por conhecer profundamente a lei das licitações. Me parece que durante o Governo Paulo Azeredo, ele procurou se manter longe do setor das licitações. Hoje é diferente. Há uma suspeita muito forte de interferência do gabinete das licitações. Isso é muito perigoso. Acho que o prefeito tem que ficar o máximo possível longe desse processo, que tem que ser feito por técnicos. Também acho que o pessoal que trabalha nas licitações, nas comissões, devem ser funcionários de carreira do Município, assim como foi no Governo Percival”, conclui.

amigds, nas empresas” em garantia. E assunto desagradável, mas enleado que linha de pesca no mão de novato. Os que já enfrentaram isto sabem que por vezes é preferível cortar a linha a desembaraçá-la. Vai por aí a diferença entre reforma e revolução.

Se você tivesse que propor soluções para o Brasil, em poucas linhas, talvez se desse conta de que não dá para vale-se de pequeno número de medidas. Há quem advogue que o respeito aos dez mandamentos é o ponto de partida. Dá pra contestar? Outros desengam sómente restituir às palavras seu verdadeiro significado. Assim, genericamente falando, o “espero” voltaria a ser safoado, cobrar juros altos voltaria a ser agiotagem e privilegiar amigos e parentes nas funções públicas retornaria à simples denominação de sem-vergonhice. É aqueles que defendem causas nitidamente injustas voltariam a ser desprezados, ou chamados advogados-de-porta-de-cadeira.

A despeito do exposto, fugirei um pouco à regra para abordar o problema do desrespeito atual dos alunos com os professores. Ora, hoje como ontem, os que se expõem na sala de aula, giz ou meios mais modernos à mão, nunca gozaram de unanimidade. Tive grandes professores, como tive verdadeiros brutos e preguiçosos. Lembro-me de um que quase arancava a orelha dos mal comportados. Se são hoje orelhudos, têm o dedo daquele educador com metodologia ortodoxa. Outros batiam com régua de madeira, ou mesmo esfregavam os burrões no quadro-negro. Mas não confundamos épocas. Me reporto ao que um dia aconteceu, há mais ou menos meio século.

Desde então muita água passou sob a ponte que conta a história de nossos passos. Vivemos a ditadura e depois o contraveneno, a redemocratização. Tudo sob a crença de que a vida política nos restituiria a glória. O ápice da catarse foi o “é proibido proibir”, expressão bonita e inocente, não é mesmo? Parece, mas de cara solapa o decálogo mosaico. Afinal, dos dez mandamentos, predominam os que começam por Não. Se é proibido proibir, então as taboas da Lei se foram...

Dias atrás escutava um debate sobre os problemas em salas de aula. Um dos participantes sugeriu que talvez fosse um reflexo da ditadura... É mais ou menos como explicar que um navio no Mar do Norte balançou porque um camarada soltou um pum na Antártica. Ora bolas, a tal da ditadura, sem dúvida nefasta, tem prazo de validade. Como tem prazo a conversa de que nosso drama foi a colonização portuguesa. Não precisamos esmiuçar Rousseau, basta reconhecer que nosso contrato social foi rasgado. Nosso calvário tem endereço: sem contrato social não há Constituição que resolva. Sem o contrato, que é pacto, o barco fica sem leme e a Constituição tende a virar letra morta. Ou vale muito mais para uns que para outros e a injustiça senta praça.

Quando escuto falar sobre o que as escolas podem fazer pelos alunos, tenho a tentação de parodiar a famosa frase de Kennedy: “Não pergunte o que a escola pode fazer por você, mas o que você pode fazer pela escola”. Tentar ensinar, com giz ou tablets, com saliva ou maravilhosas técnicas, quem não quer aprender? E como acender vela boa pra santo ruim. Quem sabe paráramos de proteger mal educados? Que tal repudiar o prejuízo que um aluno desinteressado qualquer pode causar numa sala de aula? Reputo como impossível a tarefa de reconstruir a educação no Brasil se não nos dermos conta de que o “é proibido proibir” não passa de uma tolice, frase pronta cunhada por outra vertente de absolutismo. Sem disciplina nada avança. O caos é sonho de uma noite de verão e nos extremos absolutistas reina sempre a bogaladade.

Sabor da Casa
Buffet de Comida Caseira
Quintas-feiras | Quartas e sábados
Filaminuta | Peixe
liberto de segunda a sábado.
Fones: 3632.1888

Ademir Paulo Piccinini
ADVOGADO
OAB/RS 82929
Direito de Família e Sucessão
Direito Trabalhista
Responsabilidade Civil
Direito do Consumidor
Juizado Especial Civil
Contatos: 51 9988.7245 | 51 3632.2975
Rua Santos Dumont, 840 - Centro